

STJ00119768

HUGO FIDELIS BATISTA

O CRITÉRIO DE ARBITRABILIDADE DOS CONFLITOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

um estudo comparado dos ordenamentos
jurídicos português e brasileiro




DIALÉTICA


Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2024 by Hugo Fidelis Batista.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vítor Amaral Medrado

Gerente Editorial

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Yasmim Amador

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Tebhata Spekman

Diagramação

Wallace Santos

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

Responsabilidade do autor

Auxiliar de Bibliotecária

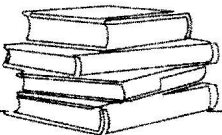
Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Rafael Andrade
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Giovana Teixeira Pereira
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B333c Batista, Hugo Fidelis.

O critério de arbitrabilidade dos conflitos jurídico-administrativos: um estudo comparado dos ordenamentos jurídicos português e brasileiro / Hugo Fidelis Batista. – São Paulo: Editora Dialética, 2024.
88 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-270-1604-5

1. Conflitos jurídico-administrativos. 2. Administração Pública. 3. Direito
I. Título.

CDD-350

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

1 O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO, O CRESCIMENTO DO CONSENSUALISMO E DA ARBITRAGEM | 15

1.1 A privatização do Direito Administrativo e sua contratualização | 16

1.2 A arbitragem e o consensualismo no âmbito administrativo | 19

2 A MUDANÇA DA CULTURA DO LITÍGIO JUDICIAL | 25

2.1 O sistema multiportas: dos métodos alternativos de solução de conflitos aos métodos apropriados à solução de conflitos | 29

2.2 Características dos métodos alternativos à jurisdição estatal | 30

2.3 A autocomposição, a heterocomposição e a autotutela | 32

2.4 A arbitragem: características e classificações | 35

2.4.1 Arbitragem interna e internacional | 37

2.4.2 Arbitragem voluntária e necessária, o elemento volitivo | 38

2.4.3 Arbitragem *ad hoc* e institucional, o elemento funcional | 41

2.4.4 Arbitragem de Direito ou por equidade, o elemento jurídico | 43

2.4.5 Arbitragem comercial, não comercial e de investimento | 44

2.4.6 Outras formas de arbitragem | 44

2.4.7 Das vantagens da arbitragem | 46

3 OS CRITÉRIOS DE ARBITRABILIDADE | 49

3.1 A arbitrabilidade subjetiva: quem pode subscrever convenção de arbitragem | 50

3.2 Arbitrabilidade objetiva de litígios: quais matérias podem ser objeto de arbitragem | 52

3.2.1 O critério da patrimonialidade | 55

3.2.2 O critério da disponibilidade, suas acepções e dificuldades de aplicação | 57

3.2.3 O critério da ordem pública | 63

3.3 O critério de arbitrabilidade dos conflitos administrativos, um critério jurídico legal | 64

3.4 O critério de arbitrabilidade de conflitos jurídico-administrativos na experiência normativa portuguesa: da LAV à legislação especial | 68

3.4.1 A legislação especial portuguesa | 71

3.5 O duplo critério brasileiro “patrimonialidade e disponibilidade” na arbitragem administrativa e a necessidade de reavaliação do tema | 74

CONCLUSÃO | 79

RÉFERÊNCIAS | 81